

Banco Central reduz Selic em apenas 0,25 e mantém juros em nível que contribui à perda de renda da população

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, confirmou no início desta noite (29) a redução da taxa básica de juros (Selic) de 14,75% para 14,50% ao ano. Esta é a segunda queda consecutiva de 0,25 ponto percentual (p.p.) no índice, que ficou em 15% - maior nível em 20 anos - de junho de 2025 a março deste ano.

O aperto monetário praticado pelo Banco Central à economia começou em fevereiro de 2022, quando a entidade passou a manter a Selic acima de dois dígitos. Desde então, o Brasil registra os maiores juros reais do mundo (o resultado da taxa básica menos a inflação), com efeitos negativos sobre os investimentos, capacidade de pagamento das famílias e no endividamento público. "A redução de 0,25% é muito pouco. O nível de endividamento das famílias está enorme e o Banco Central é um dos responsáveis por isso, com a prática de juros que só beneficia o mercado financeiro", alerta Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT Nacional, entidades que têm se mobilizado nos últimos anos em protestos contra a política monetária praticada no país.

"A Selic é referência para todo o sistema financeiro. Ou seja, quando a taxa básica sobe, os bancos, fintechs e as instituições de pagamento cobram mais caro nos cartões de crédito, empréstimos e financiamentos. Da mesma forma o inverso: quando o Copom reduz a Selic, o crédito fica mais barato para as famílias e para as empresas", explica a dirigente.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), em março o endividamento atingiu 80,4% das famílias brasileiras, maior nível registrado desde 2010. O levantamento revela ainda que 85% das famílias apontaram o cartão de crédito como principal fonte de suas dívidas.

O doutor em economia e técnico da subseção do Dieese na Contraf-CUT, Gustavo Cavarzan, destaca que a Peic registrou nível semelhante de endividamento (80,3% entre as famílias com renda de até dez salários-mínimos) em 2022, sob o governo Bolsonaro.

"Durante o governo Bolsonaro, entretanto, tivemos um período econômico no Brasil marcado por baixos investimentos no setor produtivo, em políticas sociais, de alta inflação, aumento significativo do emprego informal, alto índice de desemprego e PIB fraco", pontua. "Hoje o cenário é outro, e com o governo Lula registrando as menores taxas de inflação desde 1999. Assim, é incoerente a política monetária do Banco Central, que impõe ao Brasil uma das maiores taxas de juros reais do mundo, para controlar uma inflação que está sob controle", concluiu.